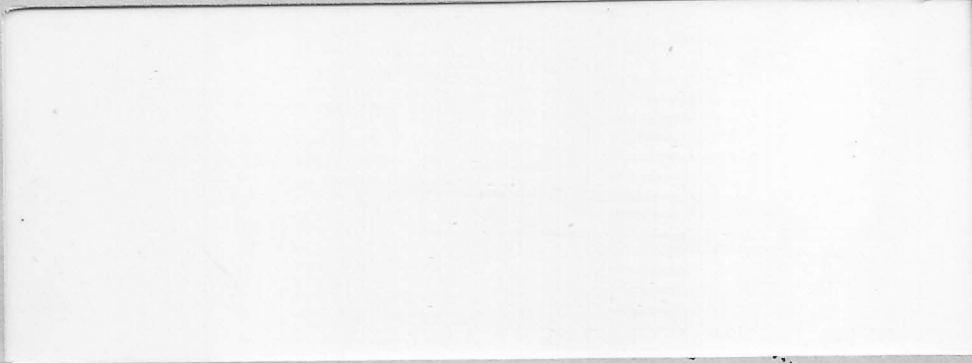


95 GT 0422

TEORIA E PRÁTICA DO MEIO AMBIENTE

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO E EXTENSÃO

Samyra Crespo



ISER – Instituto de Estudos da Religião
Ladeira da Glória, 98 • Glória • Rio de Janeiro • RJ
CEP: 22.211-120 • Tel: (021) 265-5004

Verdes que amadurecem: os desafios da especialização e da profissionalização das organizações e dos militantes ambientalistas no Brasil

RESUMO

Utilizando dados de pesquisas empíricas recentes que prospectam o campo do ecologismo/ambientalismo no Brasil (CRESPO & FUKS, 1991; CRESPO & LEITÃO, 1993; e CRESPO, 1995; HERCULANO, 1994; LANDIM, 1994), pretendo nesta comunicação - a) apresentar critérios analíticos capazes de melhor definir sociologicamente o fenômeno das organizações ambientalistas, situando-o dentro do quadro histórico do associacionismo brasileiro e dentro do "fenômeno ONG", cujo aparecimento se acha localizado historicamente nos anos 60 e 70; b) traçar um perfil das organizações ambientalistas, lançando mão de dados quantitativos e qualitativos de três pesquisas diferentes: **Entidades Ambientalistas: traçando um perfil**, 1991; **O que o Brasileiro Pensa da Ecologia**, 1993; e **Survey sobre as Entidades filiadas ao Fórum Nacional de ONGs e Movimento Sociais**, 1994; c) discutir a trajetória de especialização e profissionalização de setores do ambientalismo e o impacto político do suposto "amadurecimento" do movimento ambiental; d) finalmente, levantar hipóteses sobre organicidade e capacidade do movimento ambiental operar mudanças no contexto dos movimentos civis brasileiros, a partir de uma avaliação do seu desempenho em alguns setores-chave, na última década.

INTRODUÇÃO

No corpo do programa de pesquisa que coordenamos, juntamente com o cientista político Pedro Leitão, de 1990 a 1993, intitulado *O que o Brasileiro Pensa da Ecologia*, foram enviados entre dezembro de 1990 e janeiro de 1991, 1.000 questionários, por correio, a entidades cadastradas como "ambientalistas", universo resultante do cruzamento de cinco listagens diferentes: a primeira fornecida pelo Itamarati; a segunda, pela SEMAN (Secretaria de Meio Ambiente Nacional); a terceira, pela APEDEMA (Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente) do Rio de Janeiro; a quarta, a partir do levantamento realizado pelo ISER (Instituto de Pesquisa e Assessoria, RJ), pela antropóloga Leilah Landim; e a quinta referente ao cadastro das ONGs filiadas ao Fórum de ONGs Brasileiras Preparatório para 92. Naquele momento, não contávamos com o produto final do notável esforço do Fórum de constituir um cadastro geral das ONGs a ele filiadas, nem com outras listagens que foram então aparecendo, como a da MATER NATURA (entidade de Curitiba, PR) que finalmente veio a público com apoio da WWF do Brasil no final do ano de 1992.

Os tópicos seguintes resultam da análise do material resultante dessa pesquisa *vis avis* outros estudos mais recentes, como o apresentado na tese, ainda não publicada "Entre o Heroísmo e a Cidadania", especialmente a parte relativa ao *survey* com as entidades filiadas ao Fórum das ONGs (HERCULANO, 1994). Seria importante cotejá-los com os dados

obtidos na pesquisa realizada pela MATER NATURA, em parceria com a WWF este ano (1995), visando atualizar os dados do Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas de 1992. Infelizmente, estes dados ainda não estão disponíveis. Participando do *working-group* que definiu o protocolo desta pesquisa, defendemos a necessidade de qualificar melhor as informações do Cadastro, no sentido de permitir ao usuário obter informações mais completas sobre as instituições ali elencadas. Uma vez concluído o banco de dados, sem dúvida teremos elementos mais finos para traçarmos os perfis das entidades que hoje atuam no País. O estudos aqui mencionados têm em comum o fato de se inscreverem na categoria de *survey pelo correio*, tabulando respostas a questionários, com questões estruturadas, abertas e fechadas, e terem se preocupado em prospectar dados acerca dos perfis das entidades, a partir da declaração de objetivos, atividades prioritárias e informações sobre o grau de institucionalização. Recorremos, além disso, a entrevistas em profundidade, realizadas para o estudo *O Brasil na Era verde* (CRESPO, 1993), já publicado e outras que fizemos no decorrer do primeiro semestre de 1995, com lideranças de organizações ambientalistas da cidade do Rio de Janeiro.

1. QUANTIFICANDO

Afinal, quantas são as entidades ambientalistas? A nossa sondagem de 1991 buscou um universo de entidades supostamente localizadas em 1.000 endereços e/ou referências, quando a literatura existente sobre o movimento ecológico organizado (VIOLA, 1989) apontava um número que oscilava entre 400 e 600 organizações em todo o País. A listagem do Fórum das ONGs, no seu momento de pico, contabilizava 935 filiadas. Destas, 350 eram ambientalistas. Em 92, o cadastro da MATER NATURA/WWF apontava 1.533 entidades. Ou nosso número de endereços extrapolava em muito os declarados na literatura, ou coisas se misturavam naquelas listagens. A segunda hipótese, correta, será melhor esmiuçada no decorrer do artigo. Durante três meses (entre o primeiro e segundo fluxo de respostas) recebemos 107 questionários preenchidos, alguns acompanhados de farto material sobre as entidades/grupos que os enviaram. Desse universo, apenas 72 foram consideradas, por nós, como entidades ambientalistas. Devemos deixar claro que em nenhum momento estamos considerando que estas 72 entidades podem ser tomadas como representativas de todo o universo de entidades ambientalistas existentes. Contudo, nos fornecem dados interessantes para pensarmos o campo e as suas tipologias. Sobre o número total de entidades, diremos, por enquanto que ele será resultante dos critérios que utilizarmos para reconhecer uma organização como tal. Em outros termos, se considerarmos como entidades os grupos informais, e as organizações não legalizadas que nascem e morrem em curto espaço de tempo, bem como outras organizações que teremos oportunidade de discutir neste artigo, este número pode chegar a 1.000. Esse é, claramente o caso do cadastro da MATER NATURA que contabiliza, em 1992 1.533 entidades ambientalistas. Este cadastro não faz distinção alguma entre associações profissionais, de pesquisa e outros coletivos do movimento social. Deste modo, registra como ambientalistas organizações como CIMI - Conselho Indigenista Missionário, FAMERJ - Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro, ABONG - Associação Brasileira de ONGs, e o Movimento Justiça e Paz de Direitos Humanos, entre outros. Se em vez disso, consideramos como entidades

ambientalistas somente aquelas organizações que se dedicam prioritariamente a causas ambientais, aí este número deverá reduzir-se significativamente.

2. CONCEITUANDO

Como ocorrência sociológica e/ou histórica as entidades ambientalistas estão inscritas em pelo menos dois fenômenos maiores e mais complexos que o segmento a que pertencem: no movimento dito ambientalista, recorte do movimento social de extração recente, e no "fenômeno ONG", surgimento de organizações não-governamentais, resultantes de movimentos de auto-organização de grupos e/ou estratos sociais em defesa de direitos de minoria, da conquista da cidadania e da luta pelo "desenvolvimento" nos anos 70. "De costas para o Estado" em razão das ditaduras militares que assolaram o Continente, sem fins lucrativos, dedicando-se a maioria à "educação popular", e à assessoria aos movimentos populares, as ONGs na América Latina têm um percurso que as distingue das suas congêneres norte-americanas e européias (LANDIM, 1987 e 1994; FERNANDES, 1994). Mais de 60% das ONGs latino-americanas, segundo os diretórios disponíveis, foram constituídas após 1975. A tabela abaixo nos dá uma idéia da dimensão do fenômeno na América Latina e no Brasil:

Tabela 1: Número de ONGs em Países da América Latina

País	ONGs	País	ONGs
Argentina	116	Jamaica	23
Chile	345	Panam	39
Rep. Dominicana	149	Santa Lúcia	17
El Salvador	68	Uruguai	127
Honduras	250	Brasil	1.010
Nicarágua	20	Costa Rica	73
Peru	401	Equador	30
Trinidad	36	Haiti	74
Bolívia	365	México	212
Colômbia	594	Paraguai	70
Leste do Caribe	55	St. Vincent	26
Guatemala	194	Outros Países	33
Total de ONGs	4.327		

Fonte: Fernandes, Rubem C. "Privado porém Público". Relume Dumará, 1994.

a) O Ambientalismo, Movimento Histórico ou Movimento Social?

A literatura analítica sobre o ambientalismo internacional, e, em especial, sobre o ambientalismo brasileiro é ainda incipiente entre nós, embora o notável impulso dado pela RIO-92 ao mercado editorial tenha colocado à disposição dos estudiosos algumas dúzias de livros que tratam da evolução do ambientalismo como um movimento de idéias e de políticas internacional. No Brasil, quem tem melhor se dedicado ao tema, apresentando um enquadramento teórico bastante completo é o cientista político Eduardo José Viola, com uma série de artigos publicados desde meados dos anos 70.

Diz-nos este autor que a literatura internacional que enfoca o assunto tende a classificar o ambientalismo como mais um movimento social de tipo novo, agregando-o, em termos de características gerais, aos chamados "novos movimentos sociais" —mais ligados a questões étnicas, religiosas e culturais emergentes, e às classes médias — em oposição aos movimentos sociais tradicionais ou populares, mais referidos às matrizes das lutas sociais herdadas do século XIX e aos conflitos entre capital e trabalho, entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. A literatura sobre os novos movimentos é extensa e não vamos nos deter sobre ela. Basta dizer que a mesma situa o ambientalismo e/ou o ecologismo como um fenômeno semelhante ao surgimento do feminismo, do movimento negro, em prol dos direitos dos homossexuais, etc.

Para Viola, no entanto, o ambientalismo transcende o caráter setorial desses movimentos, e toma a configuração de movimento histórico, em vias de constituir um ideário universalista, neste fim de século e no próximo, tão marcante quanto foi, cultural e epistemologicamente falando, o ideário marxista no século XIX e até meados do século XX.

Sob esta ótica, o ambientalismo transcenderia, então, todos os cortes sociais conhecidos: cor, raça, idade, classe social, localização geográfica, etc.. Postulando uma nova visão "ecológica" do mundo, prenhe de uma problemática real e "global", os agentes do ambientalismo seriam, potencialmente, todos os cidadãos do planeta, todos aqueles que se sensibilizam e de alguma forma adquirem uma "consciência" em relação à crise ambiental e a necessidade de reverter o processo de devastação da biosfera.

b) O Ambientalismo Multissetorial-Complexo no Brasil

De acordo ainda com o mesmo autor, embora o ambientalismo, pela natureza mesma de sua problemática, transcenda os interesses de classe tradicionalmente representados na sociedade, isto não quer dizer que todos os grupos se ocupam e ajam de um mesmo modo com relação ao leque de questões por ele levantado. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, altamente complexas e organizadas em dois eixos principais (Norte e Sul — países capitalistas avançados e países dependentes), o ambientalismo é abraçado e dinamizado por diferentes grupos sociais que o entendem e nele atuam segundo lógicas próprias e nem sempre compatíveis umas com as outras. Assim, existe o ambientalismo empresarial, o ambientalismo dos técnicos governamentais, o ambientalismo dos cientistas, e do movimento ecológico *stricto sensu*, bem como de outros setores organizados da

sociedade. A esta diversidade de ocorrências Viola chamou de "multissetorialismo complexo".

c) A Existência De Uma 'Comunidade Ambiental'

Esse "modelo", digamos assim, da dinâmica de incorporação do ambientalismo pela sociedade, largamente verificado em outros países, é também reproduzido no Brasil. O programa de pesquisa "O que o Brasileiro Pensa da Ecologia", a que já nos referimos, realizou entrevistas com os vários setores da sociedade civil organizada e confirmou a existência de um ambientalismo multissetorial no Brasil. Observamos, no entanto, que segmentos destes vários setores, formados por indivíduos de alto grau de convicção em relação às principais teses do ambientalismo, ultrapassavam suas lógicas exclusivas para ingressarem em um território ideológico onde um conjunto de valores era partilhado. A este fenômeno denominamos "comunidade ambiental", na medida em que todos esses segmentos mobilizados na defesa do meio ambiente compartilham, em maior ou menor grau, um conjunto de idéias, de valores e de representações. Estes aparecem organizados na forma de uma linguagem própria a essa comunidade, tornando possível não só a comunicação em seu interior, como aos agentes externos identificá-los como indivíduos de uma mesma "tribo".

d) O Lugar Das Entidades

Pensando, portanto, os três níveis aqui descritos: o ambientalismo como movimento histórico que produz o multissetorialismo complexo, em termos da dinâmica social; o movimento ambiental como a expressão militante, lugar das vanguardas intelectuais mais comprometidas, organizadoras do ecologismo (a ideologia dessas vanguardas); e a "comunidade" ambiental como o território possível de diálogo entre indivíduos de lógicas diferentes, torna-se necessário pensar o lugar e o papel das entidades. Ora, o movimento ambiental, concebido como movimento social, é composto de indivíduos, grupos informais, e entidades. Em se aceitando esta composição parece claro que o lugar das entidades é o de representar a parcela mais organizada do movimento ambiental. O segmento que, seja por expressar um desejo/ação mais coletivos, seja por conseguir institucionalizá-los (dar-lhes identidade e materialidade), garante estabilidade e continuidade nas intervenções. Mas essa discussão não se encerra aqui, deveremos retomá-la mais adiante.

3. DELIMITANDO FRONTEIRAS

A antropóloga Leilah Landim, num exercício pioneiro de "mapear", em 1987, o campo das ONGs no Brasil, relata que o universo de "ONGs ambientalistas" foi se revelando na pesquisa empírica sem que houvesse uma hipótese prévia sobre ele. Dedicado prioritariamente ao modelo "ONG de desenvolvimento/assessoria aos movimentos populares", o referido estudo define o conjunto de cerca de 180 entidades ambientalistas como pertencentes a um subconjunto do "universo ONG". Produz, então, uma primeira

listagem com breves perfis, enfatizando o dado de que considerou como uma entidade ambientalista e uma "ONG" toda organização/associação que assim se reconhece ou é reconhecida pela sociedade mais ampla. É guiada por esse critério que sua listagem considera como entidades ecológicas associações como a ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e o Mosteiro Zen Morro da Vargem, só para citar dois exemplos de diversidade.

a) Lidando Com A Variedade

Numa tentativa de melhor precisar os contornos sociológicos e institucionais do setor organizado do movimento ecológico *stricto sensu*, formado pelas entidades ambientalistas, tivemos por bem abdicar da conceituação ampla e "limpar" o campo, excluindo os casos em que o ativismo ecologista se apresenta no contexto de outros movimentos (social, político, religioso), assim como quando se abriga em aparelhos do Estado.

Ao classificarmos as entidades que responderam ao questionário de nossa pesquisa, fomos colocados diante de uma complexa variedade, caracterizada por uma pluralidade de tipologias. Ao analisar a grande quantidade de associações que "desobedeciam" uma das condições necessárias para que fossem consideradas integrantes do movimento ambientalista organizado (35 entre 107), chegamos à seguinte conclusão: o fenômeno do multissetorialismo "manchou" as linhas nítidas que demarcavam as fronteiras que separavam o movimento ambientalista de outros setores da sociedade, dando origem a tipos híbridos, em que, por exemplo, estruturas estatais ou grupos de características corporativas (por exemplo, associações de profissionais) adquirem o perfil de organismos de proteção ao meio ambiente.

Entendemos, no entanto que, se, por um lado, as idéias e os conceitos associados ao ambientalismo multissetorial devem ser amplos o suficiente para cobrirem a abrangência e diversidade social do fenômeno de uma consciência ambiental estendida, por outro lado, o conceito de movimento ambientalista deve ser tão restrito quanto necessário para não perder sua capacidade de se referir a um setor específico do movimento social.

b) Propondo Critérios

Os critérios básicos que estabelecem essa identidade — as condições mínimas de pertencimento ao movimento ambientalista — são bastante simples: 1) a primazia do interesse pela defesa do meio ambiente — quer esse seja considerado patrimônio natural ou construído —, constituindo o eixo principal de sua existência; 2) autonomia frente às estruturas do Estado. Em geral, os tipos híbridos carecem de um desses dois elementos constitutivos da identidade das entidades ecológicas.

Começamos pelo segundo critério. Como se sabe, no Brasil, os vínculos entre a sociedade civil e o Estado, que, em geral, expressam uma relação de dependência, são bastante estreitos. No contexto do movimento ambientalista, essa proximidade se concretiza através de apoio material, lutas conjuntas e, principalmente, do que poderíamos chamar de "dupla inserção". Esse fenômeno, que cresce com rapidez espantosa, caracteriza-se pela participação de um membro da "comunidade ambiental" em dois ou mais de seus setores, sendo, particularmente, comum na dinâmica Estado\entidades ambientalistas. A cada dia

que passa, torna-se mais freqüente a participação de militantes de entidades ambientalistas na gestão da "coisa pública", inclusive ocupando posições nos escalões superiores da administração municipal, estadual e federal. No entanto, essa intensa interação entre o Estado e as entidades ambientalistas não elimina uma referência básica para caracterizar uma associação como integrante do movimento ambientalista, ou de qualquer outro movimento social: a sua desvinculação, em termos estruturais, do Estado.

De acordo com esse primeiro critério, consideramos como não pertencentes ao movimento ambientalista todas as organizações de perfil híbrido, em que o elemento estatal tem qualidade constitutiva. Não há dúvida, por exemplo, de que a Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Linhares — uma das entidades que responderam o nosso questionário — não é entidade ecológica. Mas, o que dizer da Assessoria de Ecologia, Meio Ambiente e Paleontologia-URCA (Universidade Regional do Cariri) ? A resposta é negativa, na medida em que esse grupo está vinculado — em termos físico, jurídico e orçamentário — a uma instituição do Estado. De acordo com esse mesmo critério, o caso seria diferente se o vínculo com a universidade fosse, por exemplo, apenas relativo à cessão de espaço para a sede da entidade, ou caso fosse uma entidade ambientalista constituída pelos alunos dessa universidade.

c) Nem Sempre Se é o Que Se Parece

Um caso bastante peculiar é o da "Fundação Casa da Cultura de Marabá", fundada em 1984, em Marabá, Pará. Uma primeira leitura do questionário revela um perfil típico de entidade ambientalista. Seus objetivos gerais são "questionar, expor e debater as questões ambientais e culturais por que passa a nossa região". Entre seus objetivos específicos e principais atividades, estão a educação ambiental e a pesquisa ambiental, palestras, publicações regulares e a denúncia pelos meios de comunicação. Seu público alvo é a população urbana local, em especial o público escolar. A Casa da Cultura de Marabá considera-se um movimento apartidário, que congrega pessoas de todos os credos, raças e opiniões políticas. Suas principais lideranças têm entre 25 e 55 anos, cujas profissões são historiador, biólogo, professor e bibliotecária. Para se manter informada sobre o meio ambiente, a entidade consulta as seguintes publicações: Urtiga-Itú, Geográfica Universal, Ciência Hoje e Folha do Meio Ambiente. Por último, mas não menos importante, a Casa de Cultura de Marabá menciona, como entidades que considera relevantes para o trabalho que realiza, o Greenpeace, a Sopren e a SOS Mata Atlântica.

Todos esses dados configuram um perfil que encontramos com bastante freqüência no movimento ambientalista. Apenas uma das respostas ao questionário nos conduziu à dúvida quanto à identidade dessa associação. Na pergunta relativa à proveniência dos recursos, a Casa da Cultura de Marabá nos informa que seus recursos provém de uma única fonte: verbas governamentais. Além disso, a entidade conta com sede própria e receita para manter funcionários. Essa configuração atípica nos remeteu à leitura do material enviado pela entidade junto ao questionário. Soubemos, então, por meio de uma publicação por ela incluída que:

"A Fundação Casa da Cultura de Marabá e Secretaria Municipal de Cultura, criadas em Dezembro de 87, correspondem à evolução do processo de trabalho e pesquisa desenvolvidos pela Casa da Cultura 'Antônio Bastos Morbach', fundada em 1984. Esta, por sua vez, surgiu como prolongamento do Grupo Ecológico de Marabá, através da criação da Casa de Cultura.

Parte das atividades do GEMA constituíram-se na coleta de informações e material sobre fauna, flora, antropologia, geologia e arqueologia locais [...]

Uma vez criada, a Casa de Cultura teve uma rápida trajetória, passando de divisão à Departamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura à condição de Secretaria de Cultura em cerca de 3 anos"

Fica claro aqui, que a trajetória da Casa da Cultura de Marabá indica um percurso de uma entidade ambientalista na direção de sua vinculação, cada vez mais estreita, com as estruturas estatais, acabando por se fundir na Secretaria de Cultura de Marabá. Apesar de seu manifesto ativismo, de suas campanhas, objetivos, afinidades ideológicas e mesmo da possibilidade de suas lideranças serem as mesmas que organizaram o Grupo Ecológico de Marabá, sua inserção institucional atual é inequívoca.

d) As Associações de Profissionais

Outra dificuldade que se apresentou à nossa tarefa de separar as entidades ambientalistas dos demais setores que participam do fenômeno multisetorial e, em certos casos, da "comunidade ambiental" diz respeito à semelhança, em termos de objetivos, atividades e, em alguns casos, estrutura, entre certos setores do movimento social, especialmente àquele constituído pelas associações de profissionais, e as entidades ambientalistas. Pois, se, por exemplo, o movimento negro ou feminista, apesar de seus eventuais pontos em comum com o ambientalismo, não correm o risco de serem confundidos com o movimento ambientalista, o mesmo não pode ser dito dos grupos de profissionais em áreas associadas ao meio ambiente.

Considerando entidades ambientalistas e/ou ecológicas -- os termos são intercambiáveis -- apenas aquelas que, prioritariamente, se dediquem à causa ambiental, bem como nela tenham se inspirado para formar-se, passamos a avaliar, então, o lugar que a proteção ambiental ocupa no elenco de prioridades dessas entidades. Nesse sentido, procurou-se estabelecer se é o saber profissional, a especialização ou as questões próprias de uma categoria profissional que estão em primeiro plano; ou, se o projeto visando a proteção ambiental constitui-se em eixo central da existência da entidade.

Segundo esse critério, consideramos como não-pertencentes ao movimento ambientalista um amplo espectro de organizações, que vai de um grupo formado por especialistas em uma determinada área do saber, como no caso do Grupo Espeleológico da Geologia da UNB, às "tradicionais" associações profissionais ou de classe, tais como a Associação dos Biólogos de Minas Gerais, a Sociedade Botânica do Brasil ou a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Ainda que parte dos objetivos e do quadro dessas associações de profissionais esteja comprometido com causas de cunho ambiental, e

ainda que determinada gestão se oriente para este fim, entendemos que a característica primeira dessas organizações e de sua institucionalidade se prendam ao associacionismo de tipo corporativo, semi-sindical, fenômeno este que se intensificou no Brasil nos últimos 20 anos (BOSCHI, 1987).

O critério tornou nossa amostra ainda mais restrita, na medida em que excluiu grupos que "existencializam" a ecologia na forma de modos de vida "alternativos" ou comunidades de cunho religioso ou secular, como é o caso do Mosteiro Zen Morro da Vargem e Fraternidade Espiritualista Vale Dourado. Ainda que tais práticas estejam mescladas de valores os quais poderíamos denominar "ecológicos", especialmente em sua acepção "holística", entendemos, no entanto, que o objetivo precípua desses grupos é viver a filosofia religiosa ou secular que adotaram bem como as possibilidades que predicam.

No outro pólo, também descartamos entidades que declaradamente trabalham com o meio ambiente, mas cuja ação está voltada para o mercado, prestando serviços (ex.: Estudo de Impacto Ambiental) a empresas de um modo geral. Nesse sentido, de acordo com a perspectiva adotada nessa pesquisa, uma das características básicas das ONGs ambientalistas é não ter fins lucrativos (LANDIM, L. 1987-1994). Contudo, recentemente têm surgido entidades que se organizam sob uma lógica empresarial, cujo "lucro" é revertido em projetos com fins sociais e ambientais e não para os sócios ou funcionários. É o caso, por exemplo do Instituto Acqua, surgido no Rio de Janeiro, em data posterior à pesquisa, mas que traz, com certeza, um elemento complicador. Nascido já com uma estrutura profissionalizada, captando, sem preconceito, recursos de empresas consideradas "poluidoras" pelos setores mais puristas do movimento ambientalista, o Instituto Acqua tem procurado se legitimar e ser reconhecido como ONG com claros compromissos ambientais. Vários de seus profissionais são respeitados e fazem parte do que estamos chamando de "comunidade ambiental". Se utilizamos aqui os dois critérios estabelecidos, autonomia frente à estrutura estatal e a prioridade ambiental como objetivo, temos que o Instituto Acqua é uma entidade ambientalista. No entanto se agregamos o critério "sem fins lucrativos" da definição de ONG, a sua classificação se complica.

Resumindo:

Adotando certos critérios para o estabelecimento da identidade e para a definição de "ONG" — como dedicar-se prioritariamente à causa/temas ambientais, ser organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, viver basicamente de doações e/ou total ou parcialmente de serviço voluntário — nos esforçamos por desfazer certas ambigüidades e só considerar "ambientalista" a entidade típica do movimento, organizadora do ecologismo, no dizer do cientista político Eduardo José Viola, não esquecendo contudo que se trata, no geral, de movimento multifacetado e com várias vertentes.

4. PRECISANDO O PERFIL A PARTIR DE DADOS

a) A Proliferação de Entidades

De acordo com a literatura existente (VIOLA, 1987; CRESPO, 1993), o movimento ambientalista brasileiro, excluídas as iniciativas pioneiras nas décadas de 50 e 60, emerge no cenário nacional a partir da década de setenta e conclui sua fase "fundacional" ao final da primeira metade da década de 80. Para além desse período, num contínuo crescendo, um grande número de entidades são constituídas. As três tabelas apresentadas a seguir, bem como o gráfico resultante do cruzamento delas, pretendem representar a curva de crescimento das entidades/ONGs brasileiras. Apresentam, a partir de universos diferentes, mas aparentados, uma mesma regularidade: o grande **boom** no surgimento das entidades se dá em meados da década de 80. Nesse pico de crescimento, as entidades ambientalistas representam uma parcela expressiva.

Tabela 2

Leilah Landim:
ONGs filiadas à ABONG (1994)

Período	Entidades	N. Índice	Anos no Intervalo	Entidades/Ano
1961-69	10	100	8	1
1970-79	29	286	9	3
1980-84	27	266	4	7
1985-89	55	551	4	14
1990-94	22	224	4	6
Total	143		29	

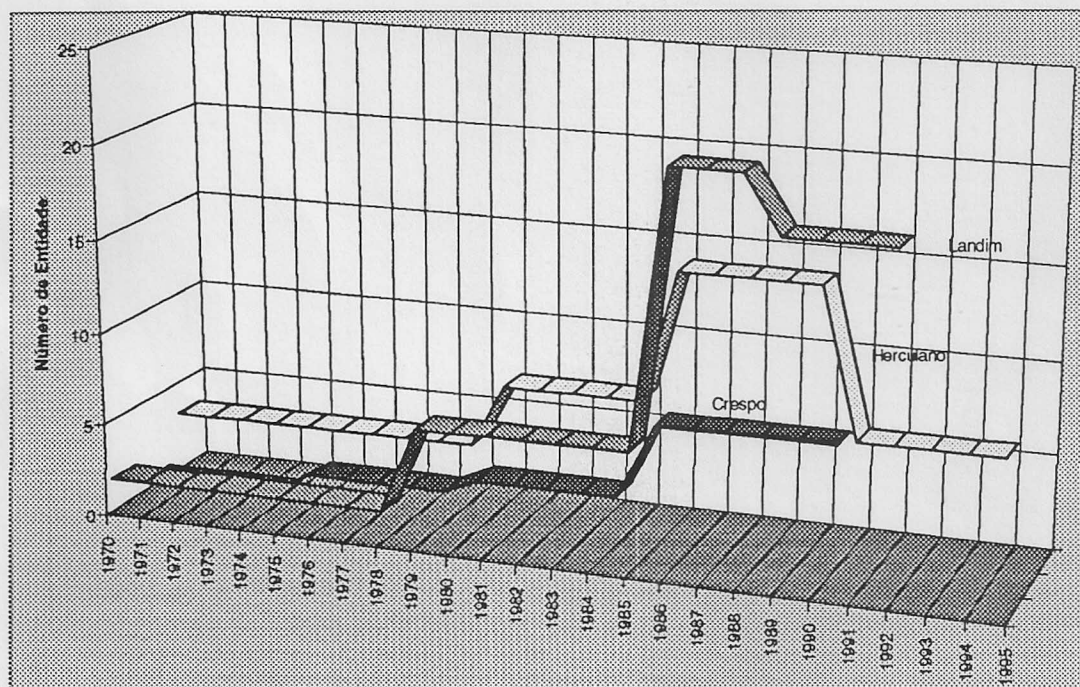
Selene Herculano:
Entidades filiadas ao Fórum de ONGs.

	Entidades	N. Índice	Intervalo	Entidades/Ano
1965-78	23	100	13	2
1979-85	38	165	6	6
1986-88	42	183	2	21
1989-92	54	235	3	18
Total	157 **		24	

Samyra Crespo & Mario Fuks:
Entidades Ambientalistas

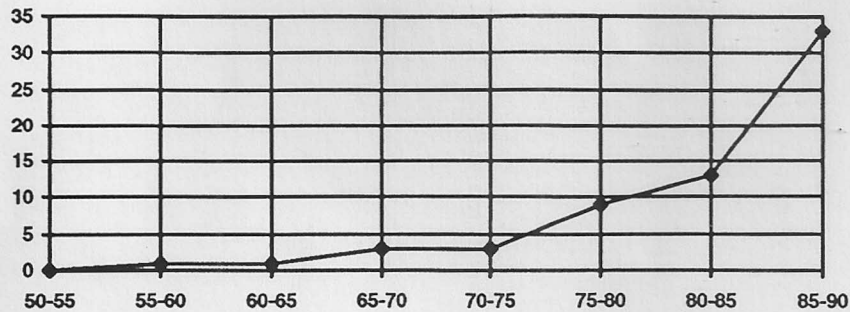
	Entidades	N. Índice	Intervalo	Entidades/ Ano
50-55	0		5	
55-60	1		5	0
60-65	1		5	0
65-70	3	100	5	1
70-75	3	100	5	1
75-80	9	300	5	2
80-85	13	433	5	3
85-90	33	1100	5	7
Total	63		40	

Dinâmica da Constituição de ONGs 1970-94



Tomando as datas das 72 entidades que compõem a amostra do nosso estudo de 91, vimos que praticamente 50% delas já tinham se formado até 1985, sendo que 40% foram constituídas no período 1970-1985. Mas, é durante a década de 80, especialmente a partir da segunda metade, que nascem a grande maioria das entidades. Apenas nesses dez anos, 75% das entidades são constituídas, sendo que um pouco mais do que a metade (51, 4%) do total de entidades foram fundadas entre 1985 e 1991.

Freqüência de Entidades Fundadas por Intervalos de Cinco Anos



Fonte: Crespo & Fuks - As entidades ambientalistas brasileiras: traçando um perfil, 1991.

Se esse crescimento acompanha, de um lado a tendência geral que se observa na proliferação de entidades de todo o tipo, expressão da chamada "saúde civil" em um país em processo de redemocratização, de outro também revela o aumento do interesse pelos temas ambientais na sociedade e sua capacidade de mobilizar os indivíduos. Deve-se combater, no entanto, um exagerado otimismo quando observamos o processo de proliferação das entidades. Além do fator da "existência efêmera", temos muitas entidades de um só indivíduo, as "ONGs do eu sozinho" (BREDARIOL, 1995), ou como se diz no movimento ambiental:

"Não são ONGs, são INGs, indivíduos não governamentais. São entidades registradas, sabemos quem são seus donos, mas não conseguem ter militância de grupo, nem atuação orgânica. Não digo que não desempenhem um papel importante, mas se trata de indivíduos institucionalizados. Um caso típico de ING é o IED, do Lizst. Outra é a MATER NATURA do Paulo Pizzi, em Curitiba. Em alguma medida, podemos também considerar que Os Defensores da Terra está nesse caso, pois todo mundo sabe que Os Defensores é o Minc. E olhe que estou citando as conhecidas, quantas deste tipo não devem existir por aí?" (liderança do movimento ecológico do Rio de Janeiro, pertencente ao GRUDE, em entrevista gravada, 1995).

b) Grau de organização e Institucionalidade

Em termos organizacionais, costuma-se identificar o movimento ambientalista brasileiro como composto, em grande parte, de entidades caracterizadas pelo amadorismo e pela "militância de base" (VIOLA, 1989; CRESPO, 1993; HERCULANO, 1994). A escassez de recursos financeiros, a ausência de sede, o trabalho voluntário e a ênfase na "denúncia" como forma privilegiada de luta seriam os traços centrais dessas entidades. Como se pode deduzir da fala de uma liderança do Fórum das ONGs, coletivo que se estruturou para atuar na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro, a UNCED, reproduzida abaixo, estas características são extensivas ao

próprio campo das ONGs e movimentos, independente do fato de serem ou não ambientalistas:

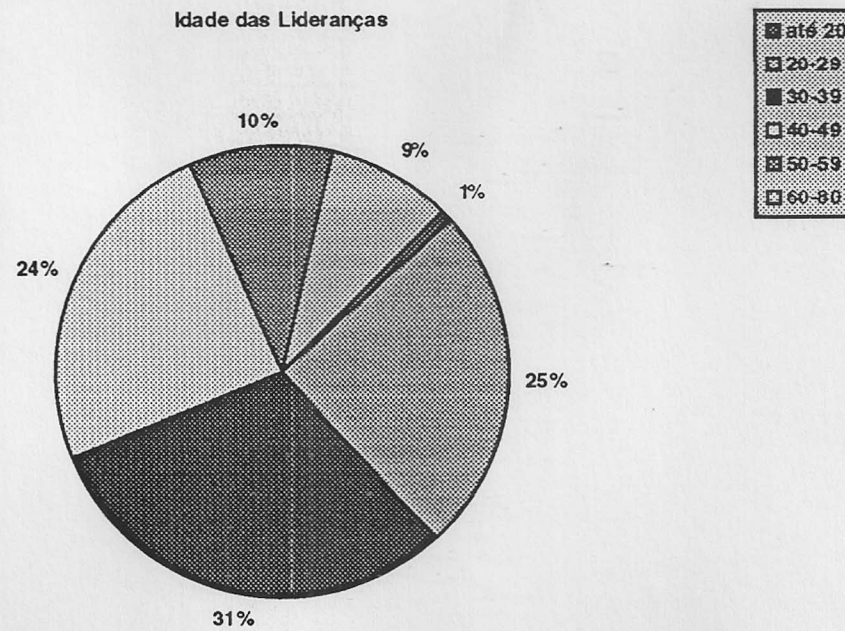
“Nós temos um Fórum de 705 entidades. Seguramente 90% são entidades de caixa postal, são ONGs que não têm produção de documentos, não tem discussão temática acumulada” (Capobianco, reunião da Coordenação Nacional do Fórum, em 1991- citado por Herculano, S., 1994)

Um perfil de baixa institucionalidade pode ser generalizado para o campo das ONGs ambientalistas. O estudo de Selene Herculano sobre as entidades-membro do Fórum Nacional das ONGs, revela que 75% das entidades que se declararam em fase de legalização pertencem ao movimento ambientalista e 64% dos que se declararam “informais” também. Estudando um universo de 182 entidades, 85 das quais ambientalistas, Herculano afirma que o setor ambientalista mostrou-se o mais informal de todos.

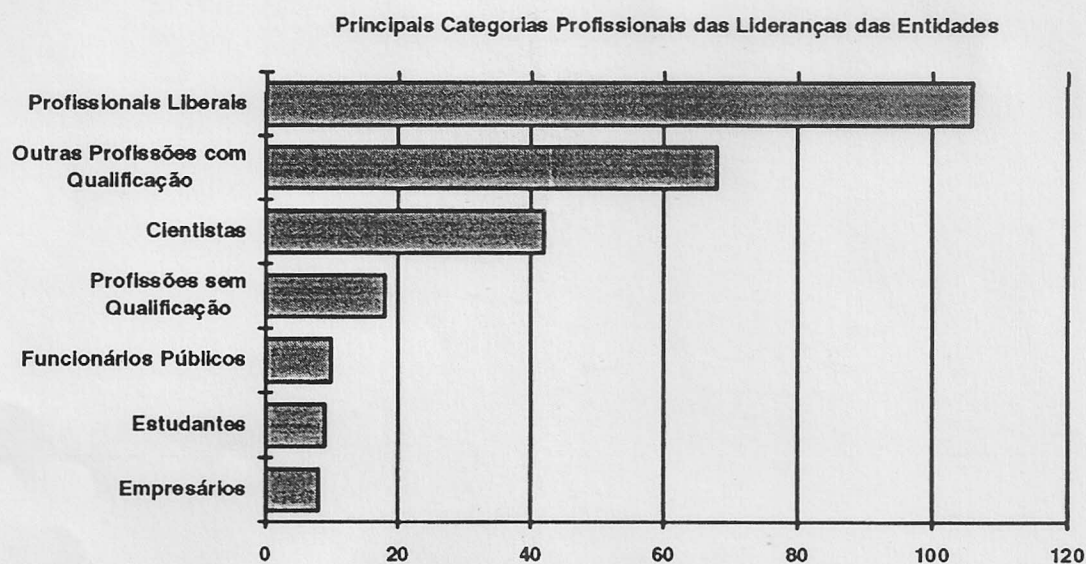
c) Base Social e Lideranças

Apesar das divisões internas do movimento ambientalista brasileiro, o que implica diferentes visões e ideologias políticas (CRESPO, 1993) pode-se afirmar a homogeneidade de sua base social: setores da classe média, geralmente de nível universitário, a maior parte profissionais liberais, do sexo masculino, entre 25 e 45 anos.

O perfil de idade de suas lideranças estreita-se um pouco. Os líderes de entidades ambientalistas por nós entrevistados, em sua maioria declarou idade superior a 40 anos. 75% das 268 liderança relacionadas no estudo têm idade superior a 30 anos. Estranha-se a pouca presença, mesmo na condição de militantes, de estudantes, donas de casa, categorias que dispõem de mais tempo livre, capital fundamental para as entidades. Há, por outro lado, um número significativo de pessoas cuja idade indica um movimento de afastamento gradativo da atividade produtiva ocupando posição de liderança. Em torno de 9% das lideranças das entidades presentes no estudo, têm mais de 60 anos de idade.



Comparado com outros movimentos, percebemos que o perfil social, acima descrito é mais freqüente nos chamados novos movimentos -- feminista, étnicos, religiosos, etc. Nos tradicionais, evidentemente o corte "popular" e "revolucionário" modifica substancialmente quer o perfil da base quer das lideranças, uma vez que estes movimentos, historicamente tem como lógica a incorporação de setores sociais excluídos. Já no campo das ONGs de um modo geral, várias pesquisas (FERNANDES & PIQUET, 1991; CRESPO, 1993; HERCULANO, 1994) confirmam a recorrência deste perfil de liderança acima descrito. A tabela a seguir reflete o perfil profissional de 268 lideranças relacionadas em nosso estudo de 1991:



d) Tipologias

Entre todas as possíveis formas de classificar as entidades ambientalista, existe uma — já clássica — reconhecida tanto pelos que estudam quanto pelos que atuam no movimento. Trata-se da diferença relativa à estrutura da organização, responsável pela formação de dois tipos de entidades e de identidades no interior do movimento ambientalista. O primeiro é constituído pelas entidades de "militância de base". Certamente, a maioria absoluta das entidades ecológicas tem o perfil de "militância de base", onde prevalece o amadorismo, o voluntarismo, o vínculo com a comunidade onde atua e uma postura mais radical, ligada às campanhas de denúncia e reivindicação. Enquanto integrante dos "novos movimentos sociais", a marca distintiva desse setor do movimento ambientalista é que ele não se constitui enquanto porta-voz de um setor específico da população (corporativo, étnico ou cultural), mas pretende-se universal.

O segundo grupo é composto pelas entidades de perfil profissional, integrando a classe mais abrangente denominada ONG. Assim como as demais ONGs, esse grupo é composto por profissionais qualificados, recebe verbas de outras organizações (em geral, estrangeiras) e trabalha com projetos específicos. Além dessas características, um outro aspecto diferencia as ONGs das demais associações da sociedade civil: elas não têm caráter representativo (FERNANDES, 1994).

Esses dois grupos de entidades, amadoras e profissionalizadas, apesar de pertencerem a um mesmo movimento, e de desenvolverem suas ações muitas vezes em complementaridade, como "modelos" reproduzem a estrutura geral do movimento social brasileiro, não sendo portanto exclusivos do ambientalismo. Daí a necessidade de recorrermos a outros parâmetros a fim de melhor precisar os perfis de entidades que encontramos no campo do ecologismo organizado.

Ao estudarmos as peculiaridades das 72 entidades que reconhecemos como ambientalistas, notamos que além da profissionalização, outras referências permitem agrupar as entidades, enriquecendo a tipologia que apenas opõe a entidade profissionalizada à amadora. A capacidade financeira, o posicionamento ideológico, o âmbito de atuação, a especialização temática, bem como a qualificação técnico-científica, ou política também ajudam na definição dos perfis.

1) *Graus de profissionalização e o poderio econômico: as micro-ONGs, as King-ONGs e Kongs-ONGs*

"Somos uma micro-ONG. Nós dividimos as ONGs em três grupos: primeiro tem as King-ONGs e Kong-ONGs. As 'King' são as que mandam no Brasil, como a OIKOS, a SOS Mata Atlântica, a Biodiversitas, Funatura, Onda Azul, que fazem um carnaval danado, articulam enfim o 'merchandising ecológico' (...). As Kong-ONGs são aquelas de 'serviço', querem cuidar das crianças de rua, das prostitutas e, por que não da ecologia? Agora, quem está

lá no mangue, no dia-a-dia, somos nós, as micro-ONGs. Eu faço, sim, uma distinção entre as ONGs de militância e as outras. Nós estamos na base do movimento. " (liderança de entidade de Alagoas, entrevista gravada para O que o Brasileiro Pensa da Ecologia, 1992)

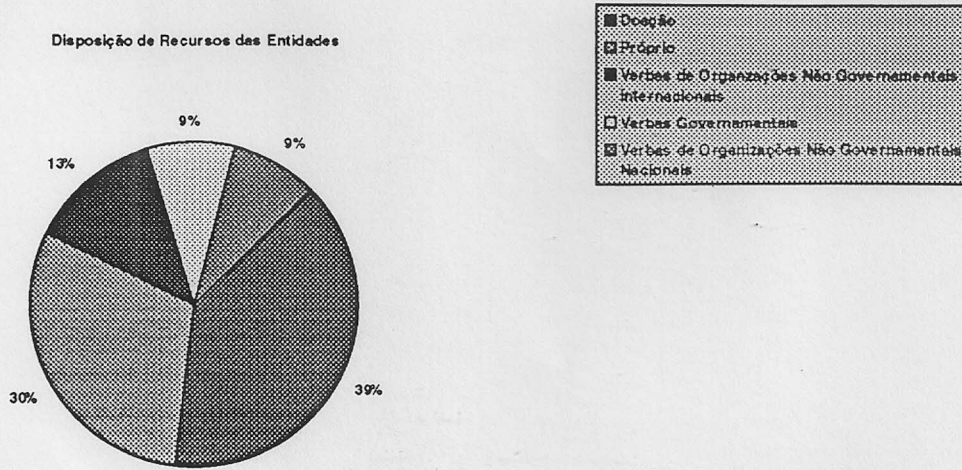
Como se pode depreender da fala acima, e da que reproduzimos abaixo, há uma clara noção que opera no interior do movimento ambiental e que divide as ONGs entre as "de militância", as de "articulação" e de "assessoria". As primeiras são as micro-ONGs, onde parece concentrar-se o perfil das fragilidades já pontadas. As segundas estariam representadas nas King e Kong ONGs, mais institucionalizadas, com maior capacidade de articular e desenvolver "projetos". A noção embute também a referência à capacidade financeira das entidades. Dinheiro não só para desenvolver atividades-fins ou projetos, mas para ter sede, equipamentos e manter um *staff* permanente. Daí que um primeiro e importante indicador do grau de profissionalização está na capacidade das entidades em captar os recursos de que necessita.

"As ONGs de militância espontânea são mais representativas do movimento social (...). As outras são mais de assessoria mesmo, mas são fundamentais também, na medida em que nos subsidiam em termos técnicos e teóricos. Quando existe uma intenção de cooperação de fato, o trabalho conjunto pode ser proveitoso, mas, quando há uma competição das ONGs profissionalizadas com as espontâneas, aí nós sempre perdemos as verbas e as oportunidades. " (liderança de entidade do Rio de Janeiro, entrevista gravada para O que o Brasileiro Pensa da Ecologia, 1992).

De acordo com a nossa amostra, a militância de 81% das entidades é basicamente de caráter voluntário, sendo que 75% sequer dispõem de recursos para manter funcionários. 69% das entidades contam exclusivamente com o auxílio de recursos gerados pelas anuidades dos sócios ou provenientes de doações. São, no entanto, recursos limitados, pois o quadro associativo das entidades é frequentemente pequeno: 51% das entidades contam com menos de 100 associados e 85% com menos de 500. Poucas mantêm campanhas sistemáticas de levantamento de fundos e suas publicações mal pagam os custos da produção.

Algumas, por opção ideológica, declaram preferir enfrentar problemas financeiros a aceitar dinheiro vindo de empresas ou organismos internacionais:

"Nossos recursos vêm do nosso próprio bolso, cada um paga anuidade que é dividida em doze parcelas. Não aceitamos dinheiro público, nem estrangeiro e nem de empresas privadas... " (liderança de entidade de Pernambuco, gravada para O que o Brasileiro Pensa da Ecologia, 1992)



Esta distribuição de recursos, segundo as fontes, das 72 entidades do nosso estudo, parece refletir o universo das micro-ONGs, pois quando tomamos o levantamento de Leilah Landim, referido às ONGs filiadas à ABONG, que exige de suas filiadas uma estrutura profissionalizada, mostra um quadro totalmente contrastivo de captação de recursos:

Quanto ao montante dos recursos, temos um bom indicador com a tabela abaixo, do estudo de Selene Herculano:

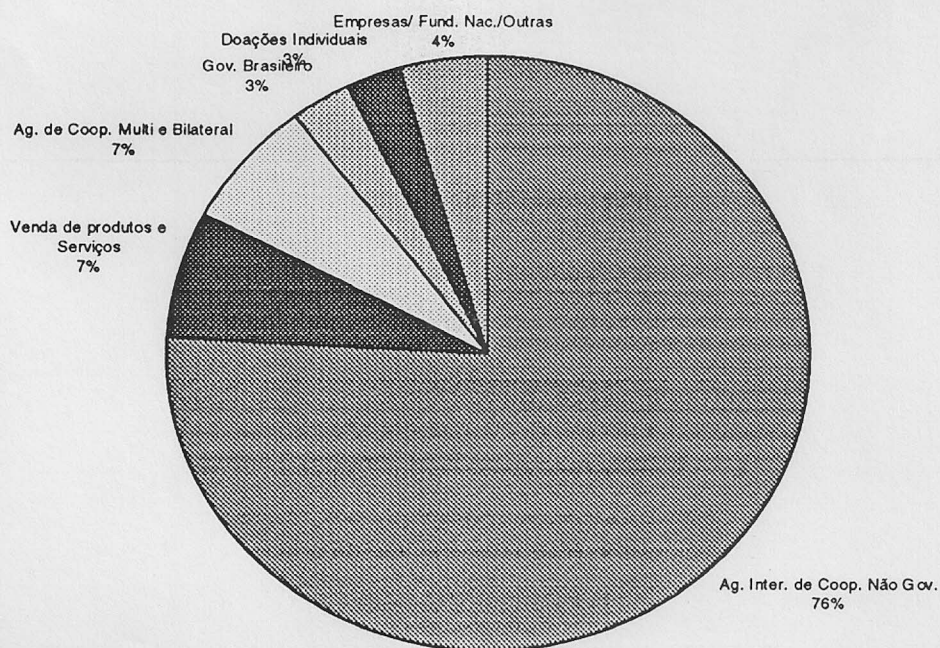


TABELA 28 - ORÇAMENTO DE 1991 DAS ENTIDADES-MEMBRO, EM US\$, POR OBJETIVO PRIORITÁRIO DE ATUAÇÃO:

Objetivos/ US\$	até 200	201 a 1.000	1.001 a 10.000	10.001 a 50.000	mais de 50.000	Total
Pres/cons ecossistemas	25	16	11	6	5	63
Educação e Cultura	5	7	7	4	2	25
Terra e Agricultura	4	2	1	2	6	15
M. A. urbano	2	0	1	8	1	12
Prot. a animais	3	0	3	6	0	12
Mulheres	3	0	2	1	3	11
Índios	0	1	2	4	3	10
Sindicalismo	1	1	3	0	5	10
Cidadania	3	0	1	2	3	9
Crianças	2	1	5	0	0	8
Saúde	2	1	2	0	2	7
Direitos Humanos	2	0	1	0	3	6
Negros	0	0	6	0	0	6

Fonte: questionários respondidos

Se isolarmos desta tabela somente as entidades que trabalham com meio ambiente, ou seja, 85, temos que 68% atuam com orçamentos anuais abaixo de US\$ 10.000,00; 26% com orçamentos até US\$ 50.000,00; finalmente, só 14% tem orçamentos superiores a US\$50.000,00.

Um caminho natural para a superação da falta crônica de recursos se abriu às ONGs ambientalistas no processo da Rio 92: a profissionalização. Exigências do Fundo Nacional do Meio Ambiente, a principal fonte governamental de recursos a que recorrem as entidades ambientalistas que desejam desenvolver projetos, e a expectativa de que “jorraria dinheiro para o meio ambiente”, impulsionaram uma aspiração à profissionalização que percorre o movimento de maneira significativa. Contudo profissionalizar-se não é processo simples:

“O primeiro problema que surge quando pensamos na profissionalização é o de nos tornarmos militantes profissionais. Todo mundo sabe que dois fatores são importantíssimos na militância: tempo e qualificação. Veja, eu sou fiscal do INSS. Graças à maneira como organizo meu tempo ainda posso militar. Aqui temos médicos, professores, uma porção de categorias que podem dedicar um tempo à nossa entidade. Mas quem estaria disposto a largar sua profissão, abrir mão de seus salários para atuar em tempo integral? E de onde viriam os recursos para sustentar esse pessoal? Tem muita instituição por aí que vive para reproduzir-se, em vez de militantes, tem funcionários. A gente não quer isso não” (fala de liderança de entidade do Rio de Janeiro, entrevista gravada, 1995)

O deslocamento do amadorismo para o profissionalismo, da prática da denúncia para a de formulação e desenvolvimento de projetos, da crítica ao sistema para a cooperação com

os setores mais receptivos à idéia do desenvolvimento sustentável é mais lento do que se supõe. Ainda que esteja presente na retórica dos grupo ecológicos, esse processo vem ocorrendo mais por meio da gênese de novas entidades que nascem profissionalizadas do que por uma profissionalização das entidades de militância de base. É interessante observar que apenas 20% das entidades que surgiram na década de sessenta contam com outra fonte de recursos que não seja próprio ou doação. Esse número sobe para 25% em relação as entidades fundadas na década de setenta e, finalmente, 39. 2% a partir de 1980. Contudo, no geral os dados disponíveis indicam que ainda são — e serão por algum tempo — as organizações frágeis e de escassos recursos que dominam o cenário do movimento ambientalista brasileiro.

2) *Distinções Ideológicas: a preservação do mundo natural versus a transformação das relações*

Um outro aspecto, expresso nos objetivos e nas campanhas declaradas pelas entidades que compõem a nossa amostra, assim como nas entrevistas realizadas, diz respeito à incorporação do fator social na luta pela defesa do meio ambiente. Aqui, encontraremos as distinções ideológicas e filosóficas no interior do movimento ambientalista, tendo, num pólo, as entidades "conservacionistas", caracterizadas por uma militância voltada, exclusivamente, para a proteção do mundo natural, e, no outro, as "sócio-ambientalistas", que entendem a luta pela defesa do meio ambiente como indissociável da luta pela defesa da qualidade de vida do homem e pela transformação das relações sociais existentes. Seguindo essa segunda orientação, uma liderança de entidade ambientalista do Mato Grosso declarou:

"Nós não nos consideramos conservacionistas, pois o intuito da nossa entidade é muito mais que conservar. Nós visamos à transformação da sociedade, à vigência de novos valores (...). Dificilmente nós pediríamos auxílio financeiro para estudar a 'onça pintada', por exemplo, e sim para trabalhar 'a organização de uma sociedade tradicional' que de repente põe em risco espécimes animais importantes. Nesse sentido, nós somos diferentes de outras entidades do Mato Grosso, que não têm interesse nas transformações sociais e se assemelham a entidades como a WWF, que embora venha tentando adaptar-se à realidade brasileira, é predominantemente conservacionista." (entrevista gravada para O que o Brasileiro Pensa da Ecologia, 1992)

Embora nossa amostra revele uma presença significativa de entidades cujo trabalho está voltado exclusivamente para a defesa do mundo natural, as lideranças de entidades por nós entrevistadas, em 1992 e 1995 apontam uma outra direção: a incorporação da variável social — presente nas questões ligadas à cidadania e à qualidade de vida e fortemente nas questões ambientais do meio ambiente urbano. Isso, eventualmente, resultou não apenas na distinção entre as entidades de tendências divergentes, mas em conflito entre tendências no

interior das próprias entidades. Foi o que aconteceu, por exemplo, com uma organização do Rio de Janeiro.

"Nossa associação, a APANDE surgiu a partir do interesse na proteção aos animais (...). Naquele tempo, 1977, a ecologia era uma coisa vaga... a incorporação da ecologia, e dos problemas sociais e políticos que ela engloba, terminou por ocasionar o rompimento de alguns associados, inclusive fundadores (...)" (liderança de entidade do Rio de Janeiro, entrevista gravada para **O que O Brasileiro Pensa da Ecologia**, 1992).

Afora esta clivagem ideológica que divide os militantes entre conservacionistas e sócio-ambientalistas, as entidades professam de um modo geral um ideário universalista onde são reafirmados valores democráticos, humanistas, anti-capitalistas. Observando as plenárias do Fórum das ONGs, Selene Herculano confirma essa grade de valores, acrescentando o elemento "anti-estatismo", que não apareceu entre as entidades e lideranças consideradas em nosso estudo. 90% das entidades que responderam ao nosso *survey*, negaram estar ligadas a partidos ou ideários políticos específicos. Os 10% restantes diluem-se entre os que se declararam "eco-desenvolvimentistas" (adeptos do desenvolvimento sustentável em oposição à ideologia desenvolvimentista que vigorou até meados dos anos 70), "eco-socialistas", com referências aos partidos verdes europeus, ou inspirados por uma filosofia religiosa (budismo, neo-humanismo, etc.). As lideranças por nós entrevistadas recusam, quase sempre, o rótulo "direita" e "esquerda":

"Direita e esquerda não serve para nos orientar. Essa distinção servia quando o mundo era pensado em termos de conflito entre capital e trabalho, só entre os homens, explorados e exploradores. O nosso conflito principal está se dando entre o homem e a natureza, devido à sua postura ética de não sentir-se parte dela e pensar que pode ter com ela uma relação de uso. Nem sei se a gente pode ser considerado progressistas, pois fazemos muitas críticas à modernidade, ao tecnicismo, ao cientificismo e outros ismos. Temos uma coisa de resgatar valores fundamentais. Claro que isso tem uma expressão política. Mas ela não é clara." (liderança de entidade fluminense, entrevista gravada para **O que o Brasileiro Pensa da Ecologia**).

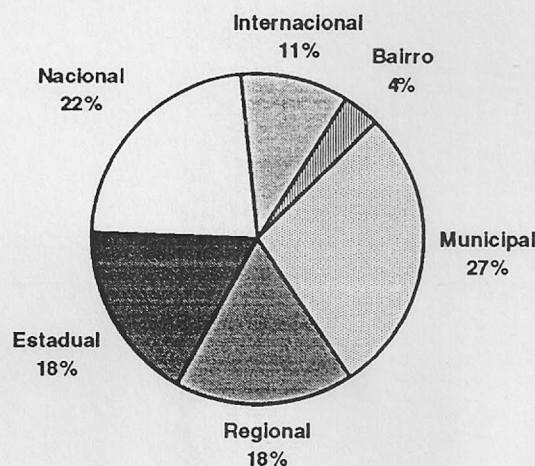
3) âmbito de atuação: entre o bairro e o planeta

Quanto ao âmbito de atuação, muitas entidades podem ser classificadas de acordo com o alcance espacial de sua organização, localizado em qualquer ponto entre o bairro e o planeta. A "internacionalização" da questão ambiental brasileira, o mundo da *Internet/Alternex*, as redes (*network*) e uma carregada pauta de encontros internacionais, colocou muitas entidades no circuito da "globalização". Quem pensa que são só as grandes entidades, as King-ONGs que podem mandar participantes a estes encontros, bem como ocupar espaços de representação, se engana. Tem muitas agências internacionais que financiam as "pequenas", de modo a não se verem alijadas. Muitas entidades, embora semi-

profissionalizadas, caso por exemplo da Vitae-Civilis, de São Paulo, se ocupam de políticas internacionais.

O lema “pensar globalmente, agir localmente” orienta a ação de boa parte das entidades, ainda que poucas tenham declarado ser o bairro o seu campo privilegiado de atuação. Parece que o “local” significa muito mais o município, a eco-região, estendendo-se por isso a unidade do bioma ou do ecossistema de referência, quando se trata da ação conservacionista ou pensada em termos de “desenvolvimento sustentável”. Nos meios urbanos, mais do que o bairro, o enfoque é dado às micro-regiões, por ex. “Baixada de Jacarepaguá” (caso do GRUDE - Grupo de Defesa Ecológica), “Baixada Fluminense”, etc. Concluindo, ao estabelecer o “local” como cenário privilegiado de ação, em torno de 67% das entidades se movimentam numa área delimitada entre o bairro e o estado/região em que se situam. No outro pólo, surpreende também o fato de que 11% das 72 entidades terem declarado que direcionam suas atividades, prioritariamente para uma articulação internacional. Estão neste caso a Greenpeace, a Pan-Pesticides Action Network, a ADFG/Amigos da Terra, a WWF, a SPVS, SPN, Vitae-Civilis e Associação Mundial de Ecologia.

Âmbito de Atuação Específico das Entidades



Essas especificidades de âmbito de atuação da entidade, muitas vezes vem expresso no seu próprio nome. Assim, a Pan-Pesticides Action Network define-se, a partir do seu próprio nome, como uma "rede", direcionando-se para uma ampla articulação geográfica. Essa mesma vocação internacionalista encontramos na Associação Mundial de Ecologia, cujo objetivo geral é a "defesa da ecologia global e consciência através da ecopolítica". Grupos como a Associação Colatinense de Defesa Ecológica e a Associação Guacuiense de Proteção ao Ambiente Natural têm em comum o interesse pela ação circunscrita à comunidade em que se inserem. entidade. Exemplos de atuação em eco-regiões estão no Centro Etno-Ecológico Vale do Araguaia e da Associação para a Barca Andar. Esta última, por exemplo, visa a defesa do meio ambiente da bacia do São Francisco. Seu trabalho visa o

fortalecimento das entidades populares ali localizadas e o desenvolvimento de propostas alternativas de desenvolvimento para a região.

4) *Especialização Temática*

A temática revela além dos laços de afinidade dos grupos com suas causas como também, no que se refere à abrangência e/ou especialização, define tipos distintos de entidades. Os objetivos apresentados pelas entidades indicam uma preferência pelo postulado genérico expresso na "preservação e proteção do meio ambiente".

Este fato pode estar associado à predominância da militância não profissionalizada no movimento ambientalista brasileiro, e à sua pouca capacidade de formulação teórica. Claros indícios disso estão na prática da "cópia do estatuto", isto é as entidades que são mais equipadas e que têm uma documentação mais organizada passam para as pequenas sua "experiência de organização." Das dez entrevistas que realizamos com lideranças de entidades, no Rio de Janeiro, em 1995, cinco declararam que assim como a cópia do estatuto foi uma prática difundida na constituição das entidades no início dos anos 80, hoje em dia ocorre a prática de as grandes cederem às pequenas seus sistemas operacionais contábeis. Depois do estatuto e do controle contábil, o bem mais precioso está nas "listagens de financiadores" que hoje se multiplicam em *softwares*.

O mais comum é a localização geográfica, bem como o ecossistema determinar a especificidade temática da entidade, como nos casos acima apontados. No entanto, não é raro encontrarmos entidades que se caracterizam pela eleição de temas específicos, ou genéricos, descolados de uma realidade regional ou local. Estão neste caso, por exemplo, entidades tão diferentes entre si como o IED - Instituto de Educação e Desenvolvimento e a Liga de Prevenção à Crueldade Contra os Animais. No caso da primeira sua missão pode realizar-se em projetos e ações variadas. No segundo, o compromisso ético se sobrepuja, não há uma espécie ameaçada em particular. São entidades distintas da S. O. S. Mata Atlântica, S. O. S. Cerrado, onde o próprio nome da entidade identificam suas áreas prioritárias de ação.

5) *Qualificação Técnico-científica e Política*

Po fim, percebe-se que as entidades ambientalistas também se diferenciam quanto ao grau de especialização de seus membros. Embora a profissionalização ande quase sempre junta com a profissionalização, estamos falando aqui da qualificação técnico científica, e muitas vezes política, que os membros de uma entidade passam à organização. Por exemplo, embora qualquer entidade ambientalista possa oferecer planos de manejo de unidades de conservação, contratando pessoal especializado para tanto, porém poucas são as entidades reconhecidas como especializadas nisto, como a FBCN e a Funatura, para nos atermos somente aos exemplos da nossa amostra.

No limite, o excesso de especialização pode implicar que todos os membros -- ou ao menos o núcleo mais ativo de uma entidade -- sejam formados numa mesma área do saber, ou mesmo numa sub-área. Entidades como a Fundação Biodiversitas, a Pan-Pesticides Action Network, a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental e o Movimento Ecológico MATER NATURA, ainda que diferentes entre si quanto a outros aspectos, concentram profissionais e atividades em torno de uma determinada área do conhecimento, a biologia e aos temas da conservação da biodiversidade.

Grande parte das entidades, contudo, é constituída por pessoas provenientes de áreas profissionais diversas. O Grupo Ação Ecológica, por exemplo, que sofre hoje uma grande crise de seus quadros, mas que em 91 apresentava algum vigor, tem entre suas lideranças, um fiscal de INSS, um relações públicas, uma psicóloga, um economista, um médico e um estudante. Tal diversificação, reflete-se nas atividades desenvolvidas por essas entidades.

"Somos uma entidade que não está especializada em nada. Fazemos de tudo um pouco. Seja na área de educação ambiental, seja na defesa do meio ambiente, ativamente.

(representante de entidade de Alagoas)

Ainda que vários dos seus membros sejam formados em disciplinas diretamente associadas à proteção do meio ambiente natural (27% da liderança das entidades trabalham em áreas como a biologia, a agronomia, a engenharia florestal e a geologia) ou que podem ser utilizadas para esse fim (direito, arquitetura), nesse caso a área de formação profissional apenas explica o interesse pela defesa do meio ambiente, não sendo, necessariamente, o veículo prioritário da militância. Nessas entidades em que a especialização não constitui prioridade, predomina o caráter aberto, não-corporativo do movimento ambientalista. Nelas participam, entre outros grupos profissionais, professores, engenheiros, cientistas sociais, funcionários públicos, políticos, jornalistas e médicos

. O corte de classe, no entanto, ainda é forte. Nenhuma das entidades que nos respondeu, auto-reconhecia-se como "popular". Em vez de "populações excluídas", o discurso das entidades parece voltar-se muito mais para as "populações tradicionais" e "povos da floresta", mitificando um pouco o seu "saber". Este "saber" é entendido sempre como um domínio de conhecimentos e técnicas a respeito da natureza e de uma relação não predatória com ela. Trata-se de um saber a ser "preservado" ou "recuperado".

De resto, a não profissionalização e/ou especialização das entidades não parece estar, necessariamente, ligada à carência de material humano qualificado. Boa parte das lideranças de entidades amadoras, inclusive atuam profissionalmente na área ambiental ocupando não raro postos no poder executivo municipal e estadual. O caso de Os Verdes, do Rio de Janeiro, é emblemático. Trata-se de um grupo pequeno, que decidiu-se pela não profissionalização. Alguns de seus mais importantes membros, no entanto, atuam na assessoria parlamentar de um vereador comprometido com as causas ambientais. Outros trabalham em consultorias especializadas. Como grupo, no entanto, não otimizam suas

qualificações para uma profissionalização da entidade. No caso de Os Verdes, a qualificação política e não a técnico-científica define o perfil da entidade.

5. LEITURA DOS DADOS

Evidentemente, qualquer leitura de dados supõe um conjunto de perguntas a que se quer responder e um repertório de referências teóricas.

Interessa-nos discutir se o movimento ambiental, tido como o setor organizado do ecologismo, composto de indivíduos, grupos e entidades militantes, na sua variada tipologia como vimos, cumpre o seu papel de influir para que as questões ambientais ganhem relevância na sociedade brasileira e para que surjam políticas nacionais e locais conseqüentes, nas áreas de bioconservação e do desenvolvimento sustentável?

Perguntando de outro modo, como medir o impacto da atuação das ONGs ambientalistas? Independentemente do seu número e das suas constatadas fragilidades organizacionais?

Neste sentido, não interessa aqui alinhar somente características negativas atribuídas, em muitas das entrevistas por nós realizadas, pelos próprios ativistas ao movimento ambiental, tais como “desarticulado”, “desmobilizado”, incapaz de superar o discurso da denúncia para a formulação de alternativas. Se são “INGs” ou se são “ONGs”, se não mobilizam milhões (de dólares ou de pessoas), o que desejamos saber é que papel positivo a existência dessas células da sociedade civil cumprem no processo democrático de participação na construção de modelos de desenvolvimento com responsabilidade ambiental.

6. PARADOXOS

a) Derrotado, Porém Vencedor:

Nunca a questão ambiental foi tão bem no Brasil. Nunca ela foi tão debatida, questionada, atribulada, cercada de uma aura de respeitabilidade. Por que, em contrapartida, o movimento se vê como enfraquecido?

Pode-se afirmar, dada a recente legitimidade da temática ambiental que a sociedade brasileira tem se mostrado bastante receptiva à absorção da chamada problemática ambiental. O Rio de Janeiro é um espaço privilegiado para se verificar esta afirmação. Estado combalido economicamente, sem grande capacidade de investimento público e reconhecidamente afetado por uma baixa auto-estima que se tornou crônica, após mais de uma década contabilizando perdas econômicas e culturais (FERNANDES & PIQUET CARNEIRO, 1995). Neste cenário, onde como dados complicadores temos ainda a favelização continuada e a presença violenta do narcotráfico desarticulando associações de

moradores e enfraquecendo iniciativas locais, que chances tem a "questão ambiental" de se tornar um tema importante para a sociedade carioca e suas elites?

Quem se apressou em responder, nenhuma, enganou-se. O Rio de Janeiro, cidade dos contrastes, por isso mesmo, um pouco retrato do Brasil, ou uma espécie de espelho no qual as culturas particulares do nosso País se miram, ambientaliza-se -- se entendemos por este termo levar as questões ambientais em conta e comprometer-se gradativamente com elas.

Vejam alguns fatos: a demanda por "educação ambiental" nas escolas da rede pública e privada cresce a ponto de as entidades especializadas nesta área não darem conta das solicitações. Uma dirigente da ONG Roda Viva, declarou que a entidade está atuando no limite de sua capacidade e que mal consegue atender a demanda que a pressiona. Entre 1993 e 1995 surgiram 5 consultorias especializadas em educação ambiental na cidade: Simbios, Seiva, Alternativa, Ecoativa e o GEA, que atuam com base em relações de mercado. Observe-se que todas estas consultorias congregam entre seus profissionais ambientalistas, alguns membros de entidades ecológicas ativas. A Ecoativa é um exemplo interessante de cooperativa profissional, Pelos menos 10 dos seus cooperativados, mencionados no *folder* de propaganda, são conhecidos ambientalistas.

A tradução de clássicos do ambientalismo internacional (McCormick, Toynbee, etc.), a contínua edição de novos livros e o "boom" de teses e monografias sobre o assunto são um outro dado que se completa quando verificamos que de 1992 a 1995, foram criados 5 respeitáveis cursos de especialização nas universidades e faculdades da cidade: na PUC (Pontifícia Universidade Católica), no ISER (ONG de assessoria, pesquisa e formação), na Faculdade Estácio de Sá, na Faculdade da Cidade e na (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Recentemente, dois programas de pós-graduação foram iniciados, um na UFF (Universidade Federal Fluminense) e Universidade Rural, com um programa de Agroecologia. Com enfoques diferenciados, três destes cursos são voltados para o que se chama de planejamento e gerenciamento ambiental e os demais procuram dar uma visão mais geral e integrada do meio ambiente, pode-se dizer que o Rio de Janeiro está bem servido em termos de oportunidades de qualificação em nível superior. No Curso do ISER, onde por estar na coordenação do mesmo, temos mais condições de descrever no detalhe, em três anos de existência recebemos 170 candidatos, dentre os quais selecionamos 90 (30 cada ano). Destes, 42 declararam-se ambientalistas nas entrevistas de seleção, alguns pertencentes e grupos/entidades bastante conhecidos. O restante congregava, ativistas do movimento social mais amplo (popular, religioso) técnicos de ONGs e técnicos governamentais, a maioria oriunda de organismos de controle e fiscalização do meio ambiente, ou de secretarias municipais de meio ambiente recentemente criadas, em fase de institucionalização.

A multiplicação de comissões e programas empresariais voltados para os processos de certificação (ISO 9000 e 14000, respectivamente), pode ser vista nos jornais em cursos anunciados pelo SEBRAE e por consultorias; a proliferação das consultorias voltadas para as empresas, atualizando-as com relação à legislação vigente e aos programas de qualidade total, onde entre fortemente o critério ambiental, são uma realidade. Em 3 anos convidamos representantes de 15 empresas cujas atividades são consideradas altamente impactantes em termos ambientais. Estiveram no curso Teoria e Práxis do Meio Ambiente, do ISER, a Aracruz Celulose, a Shell Química, a Bayer, a Ingá Metalúrgica, etc. Não se recusaram a vir

conversar com militantes, estudiosos, e explicar seus programas ambientais. A tranquilidade destes encontros, a qualidade técnica das informações mostram que o setor empresarial muda seu discurso e, melhor, muda a sua prática, no sentido de assumir responsabilidades que vão muito além do chamado *eco-business*, meio ambiente como oportunidade de negócios.

Quem achava que os “esverdeamento” ou a “ambientalização” dos movimentos sociais era a projeção de um excesso de otimismo e que o clima de confraternização iria acabar assim que a RIO-92 terminasse, acertou em parte e também errou em parte. Os ânimos se acalmaram, a lógica própria de cada movimento ocupa no limite os pequenos contingentes de militantes. Mas a experiência deixou frutos. Bons frutos. É assim que podemos contabilizar o envolvimento cada vez maior das ONGs, ditas “de desenvolvimento” e “educação popular” (LANDIM, 1995) com projetos ambientais, fortalecendo lideranças locais e promovendo fóruns de debate sobre a questão da pobreza e meio ambiente, conflitos ambientais urbanos, etc.. Destacamos aqui os trabalhos/projetos da FASE, do IBASE, e do ISER, que há cerca de 5 anos não lidavam com a temática ambiental, ou pelo menos não reconheciam neste campo importância estratégica. O próprio movimento VIVA-RIO, que se apresenta como um movimento da sociedade civil, bastante plural, em prol da recuperação econômica do Estado e da cidade do Rio de Janeiro, tem uma pauta extensa de projetos ambientais que vão desde à macro-política até a intervenção local. Como exemplo podemos citar o Fórum XXI, puxado pelo VIVA-RIO, na Semana do Meio Ambiente, que pretendeu discutir os impactos ambientais e a participação da sociedade na discussão dos 5 maiores projetos de desenvolvimento do Rio, tais como o de ampliação do Porto de Sepetiba e a instalação do pólo petroquímico na bacia de Campos. Reuniu 80 lideranças (empresariais, sociais e ambientais) e mais 40 técnicos governamentais. Agora o VIVA-RIO tenta liderar um movimento para a geração da Agenda-21, após ter se envolvido ativamente na elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, participando das reuniões do GT de Meio Ambiente. Em termos do movimento popular *stricto sensu*, as experiências do Reconstrução Rio, e da Universidade Popular da Baixada em torno das questões de saneamento e qualidade de vida, dão mostras que meio ambiente não é mais assunto de interesse restrito às classe médias intelectualizadas e às elites dirigentes e técnicas.

Contabilizando, portanto, a multiplicação de iniciativas e a receptividade da sociedade, podemos afirmar que o ambientalismo mostra sinais de vitalidade e vai muito bem obrigada. Se um dos objetivos do movimento ambiental é consolidar essa legitimidade, ampliando a base social do movimento, a nossa avaliação é de que o objetivo está sendo atingido.

Permanece, contudo, o paradoxo: por que o movimento ambiental tem de si mesmo uma imagem tão negativa?

b) Estado, o principal aliado:

Estudando a fase fundacional do movimento ambiental no Brasil, Viola observava a intensa interação entre o setor estatal e o das organizações que foram surgindo. Embora o movimento tenha se ampliado e incorporado outros setores, sobretudo nos anos 80, notamos que os laços de afinidade, e também políticos, são cada vez mais fortes entre o estado e os

militantes das entidades ambientalistas. Houve, inclusive necessidades objetivas, como a tarefa de elaborar as leis orgânicas dos municípios, adaptar os planos diretores às novas exigências colocadas pela regulação ambiental, além da criação das secretarias municipais de meio ambiente que gerou uma dinâmica que estamos denominando de “cooptação positiva”.

Em outras palavras, estamos afirmando que muitos militantes, pelo menos os mais qualificados técnica e científica e politicamente foram absorvidos pela máquina estatal, ocupando cargos técnicos de assessoria e até mesmo executivos importantes. Em um levantamento preliminar e local, pois só diz respeito ao Rio de Janeiro, verificamos que pelo menos 20 secretarias municipais recentes são dirigidas por ambientalistas, alguns dos quais eram dirigentes de entidade. Na região dos lagos, o movimento ambiental praticamente se confundiu com a esfera estatal. Este é o caso, por exemplo de Cabo Frio, Araruama, Rio das Ostras e Saquarema. A legislação para disciplinar a pesca e a atividade turística, para preservar mangues, restingas, etc., é hoje nesta região, totalmente influenciada pelo movimento ambiental. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro tem no executivo o militante histórico do movimento Alfredo Sirkis. Pelo menos 20 pessoas do corpo técnico da secretaria sob seu comando são ambientalistas, 6 deles pertenciam a diferentes entidades ambientalistas. Em menos de 3 anos, 5 unidades de conservação urbanas foram reguladas e implementadas, dotando a cidade de um patrimônio ambiental natural que não estava assegurado. Iniciativas orientadas para a sustentabilidade estão sendo implementadas por esta Secretaria, como as ciclovias, por exemplo, que pretendem ser uma efetiva alternativa de transporte uma vez que integram uma extensa malha viária que atravessará toda a cidade.

Selene Herculano, no seu estudo apresenta o fato de que, ao contrário do que se pensa, a partir do carregado discurso crítico dos ambientalistas e dos militantes do movimento social em relação ao estado, essa relação não se pauta pelo conflito, mas por intensa interação. É assim que obtém o dado surpreendente de que 29% das lideranças das entidades filiadas ao Fórum das ONGs trabalham na esfera estatal. 67, 2 % declararam terem militantes que pertencem ou já pertenceram aos quadros do Estado. Avaliando, no entanto a influência das entidades em mecanismos formais de participação como os Conselhos de Meio Ambiente, na esfera municipal, estadual e federal, conclui que é na esfera estadual que esta participação está se dando de forma mais efetiva. O Rio de Janeiro, por exemplo, não regulamentou até hoje o Conselho Municipal.

Embora demande uma pesquisa mais sistemática, estamos aqui levantando a hipótese de que a “cooptação positiva”, representada pela dinâmica acima descrita, recruta nos quadros das entidades uma grande parte dos profissionais de que necessita. Esta dinâmica se de um lado vai efetivando a influência dos ambientalistas nas políticas públicas, principalmente na esfera local, de outro “descapitaliza” as entidades dos recursos humanos e políticos de que precisa para fortalecer-se. Uma das crises das entidades está nesta descapitalização e na incapacidade de substituir, de maneira qualificada e rápida, estas lideranças.

c) *Coletivos ou Sacos de Gatos?*

A experiência do Fórum Nacional das ONGs e Movimentos Sociais exaustivamente analisada por Selene Herculano, bem como a trajetória da APEDEMA (Assembléia Permanente de Entidades do Meio Ambiente) do Rio de Janeiro mostram como coletivos que visam articular ações seja a nível nacional, ou estadual, têm dificuldade de levar à frente as missões a que se propõem. O Fórum, após a efervescência da RIO-92, vai diminuindo a sua capacidade de mobilizar, levantar recursos para sobreviver e tem um final melancólico, mantendo uma sobrevivência simbólica, no INESC, em Brasília. Nas últimas reuniões, no Rio de Janeiro, sofrendo da falta crônica de recursos, o Fórum não conseguia reunir mais que 40 entidades. Vejamos o caso da APEDEMA. Após 3 anos de um ativismo relativamente bem sucedido, congregando cerca de 140 entidades, a APEDEMA entrou em crise, e de tal modo, que teve problemas, em 93 para eleger uma diretoria com quadros ambientalistas, entregando cargos de coordenação a ativistas do movimento popular (MUB), de associações profissionais, que segundo já definimos páginas atrás, não podem ser considerados entidades ambientalistas *stricto sensu*.

E aí está, segundo entendemos, uma parte do problema, de difícil configuração, que resumiremos em mais uma tese polêmica: ao abrir-se a entidades que não são ambientalistas, os coletivos que pretendem expressar o movimento ambiental ou representar a sua força política ganham uma pluralidade que projeta uma imagem positiva de que “saíram do gueto”. Ganham adesões que aparentemente os reforçam. Contudo, ganham junto uma complexidade que dificilmente pode ser administrada de modo duradouro, sem desgaste político e perda de energia em reuniões intermináveis em busca de “consenso”, etc. As incansáveis discussões em torno da “representatividade” do Fórum, que se repete na APEDEMA, têm a ver, em grande parte com a dificuldade destes coletivos terem uma identidade calcada na lógica do próprio movimento.

A outra parte do problema, complementar à primeira, é que justamente estes arranjos difíceis e provisórios, tornados possíveis em momentos “quentes” da política (a UNCED, mostra claramente isto), têm dificuldade de deixarem de existir. Ao não assumirem, por definição a ingovernabilidade do modelo, despendem enormes energias que se frustram. Essa frustração projeta sobre os militantes a idéia de que o movimento se desmobilizou. Ora, nos parece que estes coletivos excessivamente abertos estão fadados a serem provisórios, a representarem consensos pontuais, que cumprem o seu papel, quando os diversos setores do movimento social precisam ocupar um espaço político importante, um espaço reconhecido por todos os setores do movimento como espaço que transcende a lógica particular de cada um.

d) *Os Desafios da profissionalização*

Acompanhando de perto dois casos de profissionalização de entidades na cidade do Rio de Janeiro, o do Instituto Acqua, que já nasce com a aspiração de ser profissional e especializada, e do GRUDE - Grupo de Defesa Ecológica, que se notabilizou por sua

combatividade e importantes conquistas, nos encaminhamos para finalizar este rol de hipóteses que esperamos verificar com novas pesquisas.

I - O caso do GRUDE - uma reflexão sobre pragmáticos e ideológicos

Envolvido no processo de licenciamento da Linha Amarela, via que liga a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão, o GRUDE apoiou uma ampla ação comunitária contra o projeto de desapropriações que implicará no reassentamento de 2.500 famílias, bem como uma série de impactos ambientais que afetam, entre outros bairros, a Baixada de Jacarepaguá, área de influência da entidade. Reconhecido como agente para a interlocução com o poder público e amparado na legislação ambiental, o GRUDE desempenhou um papel qualificado na discussão do EIA-RIMA e na audiência pública, conseguindo um acordo benéfico às comunidades que serão atingidas, uma vez que várias medidas mitigadoras serão tomadas pela Prefeitura, responsável pela obra, e pela empreiteira contratada.

Um capítulo, contudo, foi adicionado à história do acordo quando o GRUDE contestou o programa de educação ambiental apresentado pelos executores da obra. A contestação se baseou no argumento de que o programa era inadequado, superfaturado e destinado a cumprir um requisito formal. Em resposta a Prefeitura desafiou o GRUDE a apresentar um projeto alternativo e mais barato. Foi o que aconteceu e o GRUDE está com a incumbência de nos próximos dois anos desenvolver um amplo trabalho de educação ambiental, envolvendo cerca de 25 comunidades, ao longo das obras da Linha Amarela.

Pois bem, vemos aqui um caso de competência política (a mobilização, a capacidade de ser reconhecido como interlocutor, e de negociar um acordo que satisfaz as partes). Vemos também um caso em que a denúncia (da inocuidade do projeto de educação apresentado) evoluiu para a formulação de uma alternativa. Mais do que isso a entidade deverá executar o projeto alternativo.

Esta pequena história do GRUDE serve a várias reflexões sobre o processo de profissionalização. Nos deteremos em arriscar uma interpretação sobre a reação apaixonada, no sentido negativo, de algumas das entidades de militância. Em vez de reconhecerem na experiência do GRUDE uma oportunidade de ver a escala de atuação das entidades mudar e de apoiar uma iniciativa que pode ser um precedente histórico, uma verdadeira conquista, iniciou-se uma polêmica estéril, porque inviabiliza parcerias e deslegitima o próprio movimento, em torno da “domesticação” das entidades que, supostamente, podem ser “compradas” com “dinheiro do governo”, empresas, etc.

Nossa idéia é que nesse episódio o movimento ambiental como que se divide em duas facções que tentam dar conta de um fato que não chegou totalmente à sua consciência, daí a dificuldade de traçar estratégias para lidar com ele. A divisão se dá entre “pragmáticos” e “ideológicos”. Os pragmáticos defendem uma ecologia de resultados, de intervenções concretas, de projetos demonstrativos. Têm facilidade de articular-se com outros setores e valorizam as mudanças ocorridas no mercado e no estado e na sociedade. O fato de outros setores terem se apropriado do discurso ambiental não representa uma ameaça, significa ao invés disso a necessidade de qualificá-lo. Os pragmáticos vêm no “dinheiro do governo”,

dinheiro público, que deve ser usado para fins públicos. Em vários países do mundo, ONGs são financiadas com dinheiro governamental sem perder sua independência. Os ideológicos apegam-se à prática sectária, discursiva, gostam de pensar-se como revolucionários, detentores dos verdadeiros significados das coisas. Temem a mudança e os desafios colocados pelo novo contexto, onde não mais têm efeito as campanhas que se esgotam na denúncia e no enfrentamento de um estado que deixa a passos rápidos de ser impermeável às aspirações da sociedade. Preferem ser pequenos grupos, marcar posição nas assembleias e reuniões, disputar espaços de representação a fim de garantir sua influência. A “fadiga do protesto” que a sociedade demonstra aparece para estes grupos como apatia, alienação. Têm especial vocação para o “desencanto”, e grande dificuldade de identificar círculos vitais para a ação. A prática das entidades “ideológicas” torna-se fratricida e enfraquece o movimento como um todo quando se opõe sem reflexão teórica qualificada a mudanças que ocorrem no seu campo de atuação. Para finalizar este tópico, eu diria que as entidades pragmáticas vão muito bem, enquanto as ideológicas vão cada vez pior. E isso nos leva à conclusão de que, enquanto nos coletivos não se pode ser demasiado aberto, no seio do movimento não se pode ser demasiado restritivo. O excesso de restrição neste caso imprime uma lógica desagregadora.

II - O Caso do Acqua: uma reflexão sobre definição de objetivos e nicho de atuação

O Instituto Acqua, criado em 1992 é um caso típico da entidade pragmática, criada para implementar projetos com qualidade técnica e científica, centrados, como o próprio nome indica, nos temas relacionados aos recursos hídricos. Desde o início a entidade lidou com a rejeição por parte dos ideológicos. Porque seu conselho era presidido por um dos herdeiros do império econômico pertencente ao Roberto Marinho, dono da Rede Globo de Comunicação, a mais poderosa do País. Porque o Acqua dispõe-se a captar recursos de empresas que tem atividades poluidoras. Porque embora esteja lá no seu estatuto que se trata de uma organização sem fins lucrativos, o Acqua, para estes setores do movimento ambiental está “contaminado por uma lógica empresarial” que a distinguiria das demais entidades de militância. E por fim porque o Acqua surge para atuar em escala profissional, competitiva competição esta vista como desleal pelos ideológicos e pelas pequenas, amadoras), disputando recursos e influência.

Ora, 3 anos depois de sua criação o Acqua tem, além dessa pequena história sobre a dificuldade que encontra para se legitimar perante o movimento ambiental, uma experiência interessante a ser contada.

O Acqua iniciou o seu trabalho ancorado em algumas pesquisas de cunho científico na Região dos Lagos. Até hoje o trabalho mais importante do Instituto é o Prolagos, nome do projeto que conta com recursos, em forma de patrocínio, da Petrobrás. Realizando seminários temáticos sobre recursos hídricos, participando de redes nacionais e internacionais específicas, e sendo conseqüente nos projetos que desenvolve o Instituto está acumulando uma respeitabilidade, em termos de intervenção qualificada, que poucas ONGs ambientalistas tem.

Aos poucos, pelo próprio trabalho que vem desenvolvendo junto às comunidades na região mencionada, a entidade vai se afastando do perfil de instituto de pesquisa para se

firmar como entidade executora de projetos sócio-ambientais, atuando como agência de educação ambiental (formação de professores e agentes comunitários) e como assessora na elaboração de planos de desenvolvimento regional que impliquem na superação de fatores limitantes, tais como a falta ou a dificuldade na obtenção de água. A mudança de perfil se deu após a entidade concluir que o seu perfil institucional anterior duplicava o trabalho da universidade e que competir com ela era caro e inócuo. Hoje, o suporte técnico-científico é garantido com relações de parceria e terceirização.

A agilidade do Acqua em redefinir objetivos e identificar o seu nicho de atuação é um exemplo difícil de ser seguido, uma vez que os dados disponíveis nos dizem que uma das maiores dificuldades que as entidades ambientalistas têm é a de elegerem um objetivo estratégico, ou de renovarem o seu perfil de atuação. Influenciadas pela filosofia "sistêmica" e "holística", acham que devem se ocupar de todos os processos, porque tudo está ligado. Têm dificuldade de se especializar e ver que a suposta integralidade do saber, perdida com a especialização, pode ser recuperada em trabalhos onde parceria é um conceito chave. Hoje em dia, a coisa rara de ver duas entidades ambientalistas trabalhando juntas, desenvolvendo um mesmo projeto. Enquanto é cada vez mais frequente a parceria entre entidade e universidade, entidade e uma ONG de desenvolvimento, entidade e Associação de Moradores, os consórcios de entidades, arquitetura que somaria competências e daria ao movimento ambiental capacidade para desenvolver projetos de grande envergadura, é uma aspiração de difícil realização.

Para terminar, a minha tese é a de que o ambientalismo vai bem, o movimento vai mal. Uma grande parte das entidades está realizando projetos, influenciando políticas, evoluindo para estruturas mais profissionalizadas de atuação. Enfim, há um expressivo setor de "verdes", na forma de "INGs" e "ONGs" que amadurecem e conseguem dar respostas aos desafios colocados pelas rápidas mudanças. Ainda assim, o movimento ambiental vai mal. Hegemonizado por um setor "ideológico" em crise, o movimento não acompanha o dinamismo da sociedade e do ambientalismo internacional que está o tempo todo colocando pautas que os recursos, a desarticulação e o sectarismo não permitem acompanhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação Política de Base e Democracia no Brasil**. São Paulo, Editora Vértice e IUPERJ, 1987.

BREDARIOL, Celso. **Atores Sociais e Ecologia na Cidade do Rio de Janeiro: contribuições ao Debate**. Encontro Meio Ambiente e Movimentos Sociais, IBASE, Rio de Janeiro, 1995 (mimeo).

CADASTRO NACIONAL DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS. **MATER NATURA/WWF**, 1992.

CRESPO, Samyra & FUKS, Mário. **Entidades Ambientalistas: traçando um perfil**. Relatório de Pesquisa do Programa O que o Brasileiro Pensa da Ecologia. Mast/CNPq, Rio de Janeiro, 1993.

CRESPO, Samyra & LEITÃO, Pedro. **O que o Brasileiro Pensa da Ecologia.** Mast/CNPq/Cetem/ISER/Agência Estado, Rio de Janeiro, 1993.

FERNANDES, Rubem César & PIQUET CARNEIRO, Leandro. **ONGs Anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros.** Cadernos do Núcleo de Pesquisa do ISER, Rio de Janeiro, 1991.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

FERNANDES, Rubem César & PIQUET CARNEIRO. "Criminalidade, Drogas e Perdas Econômicas no Rio de Janeiro", Série Textos de Pesquisa ISER.

HERCULANO, Selene **Do Heroísmo à Cidadania.** Tese de Doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994, (mimeo).

LANDIM, Leilah. **Sem Fins Lucrativos: Cadastro das ONGs Brasileiras.** Cadernos de Pesquisa do ISER, Rio de Janeiro, 1989.

LANDIM, Leilah. **Notas para um perfil das ONGs pertencentes à Associação Brasileira de ONGs - ABONG.** Cadernos de Pesquisa do ISER, 1994.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. **A Lógica Dual da Ação Coletiva.** In: Revista Dados n. 1, vol. 32, 1989.

VIOLA, Eduardo José. **O Movimento Ecológico no Brasil: do ambientalismo à Ecopolítica.** In: PÁDUA, José Augusto (org.) Ecologia Política no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

VIOLA, Eduardo José. **O Movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da Denúncia e Conscientização pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável.** In: GOLDEMBERG, Míriam (org.). Ecologia, Ciência e Política. Rio de Janeiro. E. Revan, 1992.